



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 21 Nº 06  
Junho de 2012

## Eliminando as travas à redução dos juros

Desde o ano passado, a economia brasileira passa por algumas mudanças importantes. Tais mudanças têm relação direta com a estabilidade alcançada na última década, devendo ser encaradas como mais um sinal da maturidade na condução da política econômica. A manifestação mais recente ressalta a necessidade de baixar-se a taxa de juros brasileira para níveis adequados, dadas as atuais condições nacionais e internacionais. Isto porque, enquanto o mundo desenvolvido apresenta taxas de juros próximas de zero, o Brasil mantém elevada a remuneração de seus títulos. Adicionando-se as políticas adotadas pelos Estados Unidos e pela Zona do Euro para estabilizar a economia através de uma injeção de liquidez no mercado financeiro, formam-se as condições propícias para uma invasão de divisas, que acabam por valorizar o real. Esse movimento recente foi o estopim para centralizar as atenções dos formuladores de política econômica em torno de um objetivo comum: a **redução** da taxa básica de juros, a Selic.

Contudo tem ficado claro que essa busca envolve um rearranjo mais profundo, com vistas a alterar as estruturas que haviam sido formadas para administrar os momentos de instabilidade econômica pelos quais o País passou nas últimas décadas. Tais estruturas foram fundamentais para que se alcançassem a solidez fiscal, os vultosos saldos comerciais e a estabilidade da inflação. São esses fatores que hoje propiciam as condições para que se reduza a taxa de juros. Os passos para tal redução vêm sendo tomados desde o ano passado e envolvem diversos agentes políticos e econômicos, públicos e privados. Por esse motivo, o consenso em torno da importância do tema torna-se fundamental para guiar as discussões.

A primeira manifestação dessa concordância em busca da redução da taxa de juros ocorreu em setembro de 2011, quando o Ministro da Fazenda reafirmou o compromisso com o superávit fiscal. Essa medida foi seguida por uma **inflexão** na condução da política monetária, quando, contrariando as expectativas do mercado financeiro, o Banco Central (BC) reduziu a taxa de juros. A junção desses dois fatos deu origem a um novo *mix* de política econômica. O objetivo era mostrar que o Governo iria controlar seus gastos, proporcionando espaço para o BC reduzir a taxa de juros sem maior pressão inflacionária.

Já em 2012, o Governo utilizou sua intensa participação no setor bancário (44% do total do operado pelo setor financeiro) para sinalizar aos bancos privados a necessidade de transferir-se a recente queda da Selic aos tomadores finais. Embora tenha gerado uma série de reivindicações por parte dos representantes do setor, a ação pública vem sendo acompanhada pelas decisões privadas. Contudo, por ser uma situação inédita, ainda não está claro

o impacto da redução da margem de lucro sobre a postura a ser adotada pelos bancos, sejam públicos ou privados.

Mais recentemente, assistiu-se a uma reformulação da rentabilidade da poupança, com o objetivo específico de permitir uma redução maior da Selic. A ligação encontra-se no seguinte fato: os fundos de investimento possuem, em sua maioria, títulos da dívida pública atrelados à taxa Selic. Caso a poupança continuasse rendendo 0,5% ao mês, sua remuneração poderia superar o retorno desses fundos, iniciando uma fuga para a poupança e dificultando a rolagem da dívida. No âmbito político, apesar de utilizar uma medida provisória, a alteração parece ter sustentação suficiente para ser aprovada no Congresso Nacional.

Esses três movimentos apresentados acima, quais sejam, o *mix* de política econômica, a redução do *spread* bancário e a mudança na forma de remuneração da poupança, aparecem como algumas etapas para possibilitar a queda na taxa de juros. É válido frisar que, em última instância, essa decisão cabe apenas ao BC, apesar de se ter suscitado uma situação de ingerência governamental nas decisões do Copom. Na verdade, o papel do Governo tem sido retirar as amarras que impedem a redução da Selic, ao mesmo tempo em que dá respaldo à autoridade monetária.

De qualquer forma, fica visível que o consenso é apenas em torno da importância do tema e não das soluções para ele. Não é à toa que, somente agora, o Governo tem força para tentar alterar essa política, sendo que continuará enfrentando certa resistência caso prossiga com esse projeto. Entretanto fica cada vez mais evidente que a economia brasileira atingiu maturidade suficiente para permitir a discussão de soluções aos mecanismos remanescentes dos anos de instabilidade, que agora se tornaram entraves para o desenvolvimento.

Parece que o Governo está ciente de que o momento é benéfico para essas modificações. Fica a dúvida se ele conseguirá permanecer nesse rumo, colocando em pauta a discussão de outras mudanças fundamentais: a eliminação das demais ferramentas de indexação e a simplificação da estrutura tributária brasileira. Caso contrário, abre-se espaço para que as respostas do BC ao comportamento da inflação tornem passageira essa redução da taxa Selic. Neste ponto, o desafio torna-se favorecer a **permanência** da taxa em níveis baixos. Esse será o verdadeiro salto na condução da política econômica, podendo ter reflexos duradouros sobre a aceleração não inflacionária do crescimento econômico.

**Bruno Paim**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O Brasil é um país de classe média?

O conceito de classe média aparece no contexto das análises socioeconômicas em vários fóruns de discussão. No entanto, não é possível falar em consenso sobre quem efetivamente compõe essa classe, e o que ela representa em termos de desenvolvimento econômico. No Brasil, a maior parte dos estudos que atualmente balizam o debate apresenta uma estratificação baseada em renda ou posses, que são entendidos como tradutores das potencialidades de consumo, bem-estar e condições futuras de sustento.

Por exemplo, seguindo a linha conceitual da renda pura, o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que a classe média brasileira — também referida como “classe C” — corresponde à aproximadamente 50,5% da população em 2009, sendo que, em 2003, era de 37,6%. O ponto de corte monetário das classes foi estabelecido a partir de uma concepção relativista, que considera apenas a distribuição da renda domiciliar em termos de desigualdade e polarização. Definidas as classes, a análise passa a ser absoluta ao longo do tempo, para que se possa avaliar o seu movimento.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) oferece o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Essa classificação, diferentemente daquela da FGV, é feita através de características domiciliares, como presença de itens de conforto e escolaridade dos moradores. No entanto, a ABEP afirma que esse critério não tem a pretensão de definir classes sociais, mas classes econômicas. Apenas para constar, o CCEB aponta que, em 2010, 49,5% da população das nove principais regiões metropolitanas do País estavam na classe econômica intermediária C (que é subdividida em C1 e C2).

Note-se que as classificações por renda ou posses se configuram, em boa medida, partindo de critérios de relatividade. No caso da FGV, que é o estudo mais discutido atualmente, a classificação foi definida unicamente a partir de um corte relativo. Isso implica uma limitação conceitual e analítica importante: a classe média passa a ser, tecnicamente, um estrato em uma distribuição de renda. Cabe lembrar, por uma questão de justificativa teórica, que o que está por detrás dessa abordagem é um conceito de bem-estar econômico proporcionado pela renda. No entanto, pode-se argumentar que esse conceito não se presta, efetivamente, a uma análise de **classes sociais**.

Boa parte da literatura sobre estratificação social define a classe média como elemento mais complexo no entendimento da malha social, de tal modo que a renda ou posses sozinhas não podem dar conta. Escapando de uma visão estritamente oriunda da Economia do Bem-Estar, sociólogos apontam alguns perfis que ajudam a definir a classe média. Um desses perfis considera indivíduos com acesso a propriedades e com manutenção dos rendimentos de forma independente, o que implica o trabalho de profissionais especializados ou com negócios próprios. Outro perfil é aquele de posição gerencial, onde o poder é

definidor desse *status* e garantidor de manutenção e ascensão social. Por fim, um terceiro perfil seria aquele formado pela massa científica e intelectual, que, detendo essas características, desfruta de uma situação de menor vulnerabilidade.

Apesar de esses perfis estarem relacionados com a geração de renda, o contrário não necessariamente é verdadeiro. A classe média, sob um olhar mais amplo, é composta por indivíduos que detêm percepções de vida similares, com vontades e perspectivas de evolução. Mais do que isso, trata-se de uma classe social onde essas perspectivas foram conquistadas e serão mantidas legitimamente pelas próprias pessoas, como é o caso da educação básica e superior, especialização, experiência profissional agregadora, etc. Daí, a conclusão de que a classe média de uma sociedade é realmente importante, pois ela demonstra o potencial e a maturidade do desenvolvimento.

De fato, o Brasil vem mostrando, especialmente na última década, importantes melhorias na qualidade de vida — a renda média experimentou uma considerável elevação, o emprego formal está em alta, a distribuição de renda (apesar de ser ainda muito ruim) melhorou. No entanto, as condições para se falar em crescimento de uma classe média ainda não se apresentam.

O que se está observando é, na realidade, um fenômeno econômico de fortalecimento de uma **classe de consumo** — o que é bom. Mas essa “classe C” só será classe média, se a estrutura de distribuição de outras dimensões sociais for observada. O cerne da nossa atual “classe C” ainda conta com uma educação básica precária e, por consequência, com dificuldades para ingressar no ensino superior (ou tirar bom proveito dele). Da mesma forma, ainda se trata de uma classe consideravelmente dependente de uma situação econômica de fluência do consumo, que sustenta a atividade econômica, o que a coloca em situação de considerável vulnerabilidade aos movimentos de mercado.

Os trabalhos da FGV e outros similares, possivelmente, não estão propondo que a “classe C” seja equiparada a um conceito mais amplo e robusto de classe média. A proposta assemelhar-se-ia mais a uma ideia de “classe econômica” — como assume explicitamente a ABEP. No entanto, a discussão, por vezes, toma um caminho onde a confusão fica evidente. Nesse contexto, é preciso ter cuidado ao relacionar a “classe C” brasileira a esse conceito mais robusto de classe média. Inegavelmente, o crescimento da “classe C” precisa ser comemorado. Mas isso deve ser feito com a parcimônia de quem sabe que o Brasil ainda não pode afirmar que mais da metade da sua população está livre da vulnerabilidade e pronta para sustentar e incrementar, autonomamente, o seu padrão de vida.

Ely José de Mattos  
Economista, Pesquisador da FEE

## Potenciais impactos do novo regime automotivo

Em abril de 2012, foi divulgado pelo Governo Federal o novo regime automotivo, que tem como objetivos elevar o conteúdo regional da produção, assegurar a realização de atividades relacionadas à inovação, melhorar a eficiência energética dos veículos e atrair novos investimentos. Trata-se de um conjunto de regras diferenciadas de habilitação ao recebimento de incentivos tributários, que irão vigorar de 2013 a 2017.

Para fomentar a produção local, em 2011, foi elevado em 30 pontos percentuais o IPI sobre veículos importados. Agora, as novas medidas buscam incentivar as montadoras a produzi-los no Brasil. Para permitir a realização de investimentos de novas firmas, bem como a fabricação de novos modelos pelas já instaladas, impõe-se uma regra de transição a vigorar durante três anos. Ela consiste na concessão de incentivos através de crédito tributário, oriundo do IPI recolhido sobre os veículos importados, para ser usufruído após o início da produção. A partir daí, as regras gerais de habilitação passam a ser aplicadas gradualmente para permitir o ajuste. Além disso, há a imposição de cotas de importação para complementar a oferta no mercado. As montadoras que se habilitarem terão direito de abater o adicional de IPI, que foi criado sobre os veículos importados, com base no volume de compras de peças e insumos estratégicos no Mercosul.

Já a regra geral de acesso consiste em cumprir três de quatro requisitos: investir em P&D; investir em engenharia e tecnologia industrial básica; realizar a maior parte das etapas de produção no País; e aumentar a eficiência energética dos veículos. Salienta-se que as metas de dispêndios serão

progressivas, visando atingir níveis acima da média mundial até 2017. Se forem cumpridos os requisitos nas áreas tecnológicas, as empresas poderão obter redução adicional de dois pontos percentuais sobre o IPI normal. Essa medida visa promover o esforço inovador.

Se bem-sucedido, o novo regime fortalecerá os elos da cadeia produtiva e elevará o investimento na indústria automobilística, sobretudo, se concretizada a perspectiva de crescimento da economia brasileira para os próximos anos. Ainda, ele poderá aproximar o setor de sua fronteira tecnológica, promovendo o incremento em termos de inovação, competitividade e agregação de valor à produção. Inclusive, espera-se que ocorram transbordamentos tecnológicos ao longo da cadeia automotiva e para outros setores da atividade econômica.

Essa política é importante, pois o setor, incluindo autopeças, caracteriza-se por fabricar produtos complexos, com elevado grau de encadeamento em sua cadeia produtiva e responde por 23% do produto industrial e por 5% do PIB brasileiro, segundo a Anfavea. A tecnologia empregada é de média-alta intensidade, requerendo grande escala de produção para cobrir os custos de seu desenvolvimento. Esses fatores fazem com que o desempenho do setor seja relevante para alavancar a atividade econômica. O Rio Grande do Sul tende a ser beneficiado pelo novo regime automotivo, pois possui uma parcela expressiva da cadeia produtiva em sua matriz econômica.

**Rodrigo Morem da Costa**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Censo de 2010 consolida transformações positivas para o mercado de trabalho

A recente divulgação dos dados da amostra do **Censo Demográfico 2010** convoca para o exame das mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira na primeira década deste século. Do ponto de vista do mercado de trabalho, uma primeira análise dos indicadores confirma, tanto em escala nacional quanto estadual, movimentos de apreciável intensidade, os quais têm um sentido positivo de reversão parcial de históricas insuficiências e precariedades.

Primeiramente, constata-se que, no intervalo intercensitário, a população em idade ativa (PIA) expandiu-se bem mais do que a população total (18,3% versus 12,3% no País; 10,5% contra 5,0% no Rio Grande do Sul), demonstrando que a transição demográfica se encontra em uma etapa em que o mercado de trabalho segue sofrendo crescente pressão de oferta potencial de mão de obra. Pelo lado da taxa de participação, não houve arrefecimento; ao contrário, o percentual de indivíduos em idade ativa que efetivamente participam do mercado de trabalho elevou-se um pouco em ambos os recortes territoriais.

Ainda assim, as taxas de desocupação despencaram. O mercado de trabalho gaúcho não só manteve como ampliou sua vantagem, nesse aspecto, frente ao agregado do País.

O peso que o trabalho agropecuário já teve, no sentido de ocupar uma força de trabalho de que a economia urbana não necessitaria, deu mais um passo em seu histórico recuo.

A forma mais típica de inserção no mercado de trabalho, o emprego, mostrou uma considerável expansão, ao mesmo tempo em que se estendia a formalização dos vínculos de assalariamento. Tanto no País quanto, de modo mais acentuado, no Estado, aumentou a participação dos

empregados no conjunto dos ocupados, ao passo que a ausência de registro em carteira decresceu sensivelmente em ambos os casos (mais, proporcionalmente, no nível nacional, mantendo-se, todavia, o diferencial a favor do Rio Grande do Sul nesse quesito).

Merece também registro o fato de que os avanços que vêm sendo divulgados na órbita dos rendimentos não estão associados a uma intensificação do trabalho. Na verdade, o percentual de pessoas que dedicam mais de 44 horas por semana ao conjunto de seus trabalhos sofreu uma pronunciada retração.

Estudos sobre a sustentabilidade desses movimentos são necessários e bem-vindos, mas o saldo da década é, inequivocamente, positivo, como há muito não se via.

Indicadores do mercado de trabalho  
no Brasil e no RS — 2000 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		RS	
	2000	2010	2000	2010
Varição da PIA (2010/2000) .....	-	18,3	-	10,5
Taxa de participação (PEA/PIA)	56,6	57,7	61,2	62,4
Taxa de desocupação .....	15,3	7,6	12,2	4,9
Setor Primário/ocupados .....	18,5	14,2	20,1	16,5
Empregados/ocupados .....	66,6	70,8	61,7	66,8
Sem carteira/empregados .....	36,8	28,5	26,7	21,5
Mais de 44h semanais .....	44,1	28,1	40,5	27,4

FONTE: IBGE, Censos Demográficos.

**Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**  
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — nov./11-abr./12

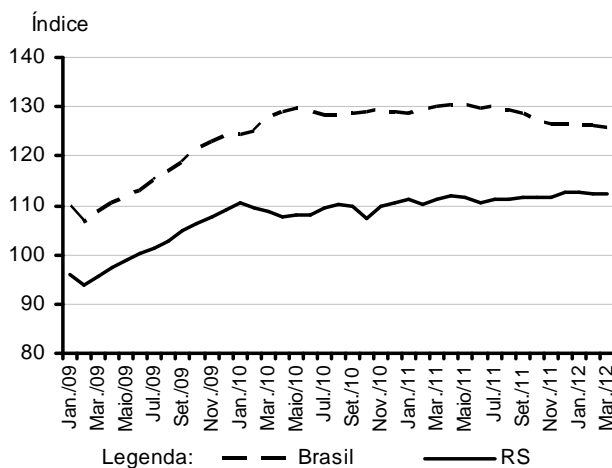
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
	Nov./11	0,52	5,97	6,64	0,50	5,22	
Dez./11	0,50	6,50	6,50	-0,12	5,10	5,10	
Jan./12	0,56	0,56	6,22	0,25	0,25	4,53	
Fev./12	0,45	1,01	5,85	-0,06	0,19	3,44	
Mar./12	0,21	1,22	5,24	0,43	0,62	3,24	
Abr./12	0,64	1,87	5,10	0,85	1,48	3,65	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

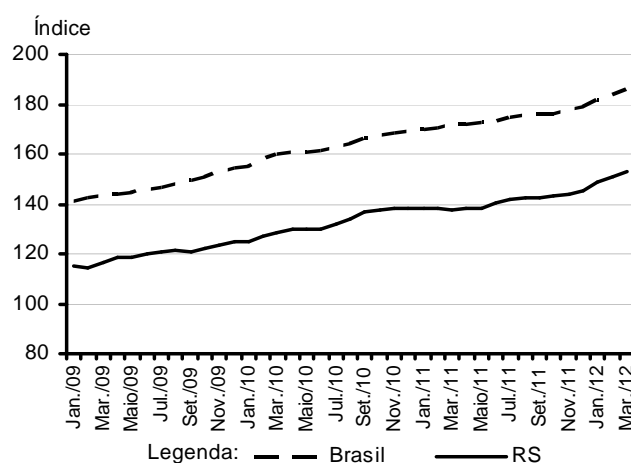
Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.  
 NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
 2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.  
 NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
 2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — nov./11-abr./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Nov./11	Dez./11	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	1,79	1,84	1,79	1,72	1,80	1,85	1,79	1,72
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	75,2	76,1	73,7	72,1	75,6	-	73,8	72,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	11,50	11,00	10,50	10,50	9,75	9,00	9,94	11,24
Superávit primário (% do PIB) .....	-2,2	-0,5	-7,8	-2,9	-2,9	-	-4,5	-3,2
Balança comercial (US\$ milhões) .....	577	3.811	-1.296	1.714	2.019	882	3.319	28.119
Exportações (US\$ milhões) .....	21.774	22.127	16.141	18.028	20.911	19.566	74.646	259.280
Importações (US\$ milhões) .....	-21.197	-18.316	-17.437	-16.314	-18.892	-18.685	-71.327	-231.161
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-6.641	-6.008	-7.056	-1.728	-3.304	-5.403	-17.490	-51.594

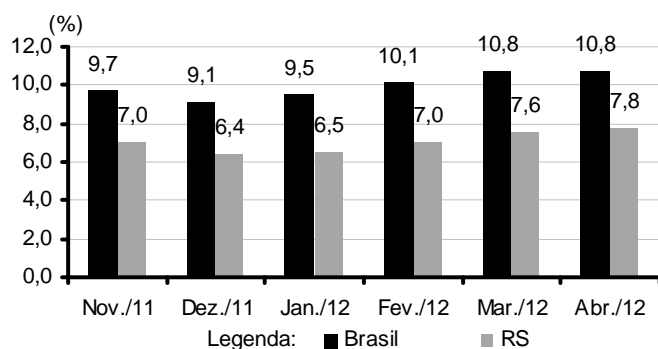
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 06

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — nov./11-abr./12

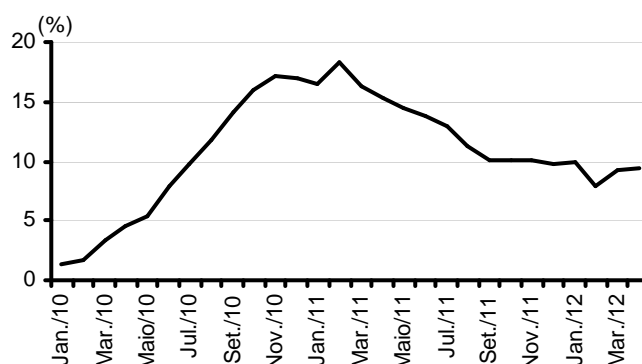


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-abr./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

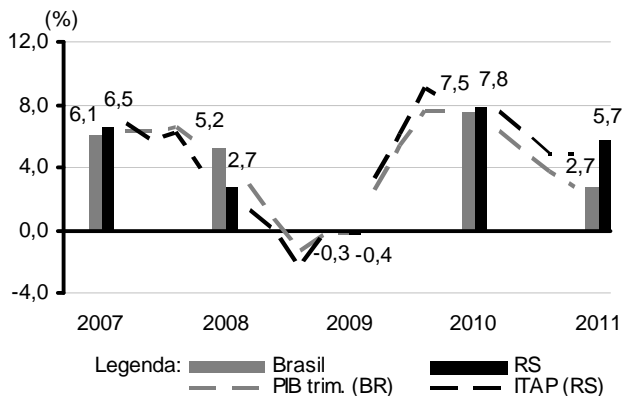
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — nov./11-abr./12

MESES	EXPORTAÇÕES			VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	Valor		Volume		Preço	
	RS	Brasil		RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Nov./11	18.063	233.912	7,7	28,0	29,2	9,9	3,3	16,0	24,8
Dez./11	19.427	256.040	7,6	26,3	26,8	9,6	2,9	14,6	23,1
Jan./12	1.219	16.141	7,6	8,6	6,1	10,3	3,4	-1,5	2,6
Fev./12	2.401	34.169	7,0	4,9	7,0	7,2	5,2	-2,1	1,8
Mar./12	3.805	55.080	6,9	0,1	7,5	0,2	5,5	0,0	1,9
Abr./12	5.106	74.646	6,8	-2,9	4,5	-2,4	3,5	-0,5	1,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2007-11

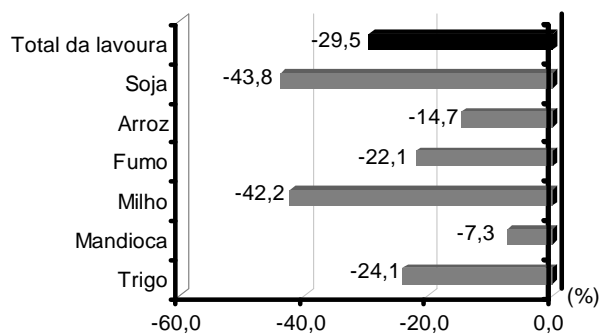


FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. O ITAP foi utilizado como proxy do PIB trimestral do RS. Federal.  
2. ITAP e PIB trimestral do Brasil estão representados por suas taxas acumuladas em quatro trimestres.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — abr./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## População vivendo em aglomerados subnormais

Em dezembro de 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novas informações do **Censo Demográfico 2010** relativas à situação de moradia de parte importante da população brasileira: a que vive em aglomerados subnormais. Esses aglomerados são definidos como aqueles constituídos por, no mínimo, 51 unidades habitacionais, ocupando, ou tendo ocupado até recentemente, terrenos de forma ilegal (áreas de invasão, de loteamento irregular ou clandestino) e com precária oferta de serviços públicos essenciais. São favelas, vilas, palafitas, dentre outras denominações.

A pesquisa aponta que, no Brasil, 5,6% do total de domicílios estão situados em aglomerados subnormais, o que representa mais de 11 milhões de pessoas. Embora no Rio Grande do Sul esse percentual seja inferior (2,4%), no Município de Porto Alegre, a participação desse grupo sobe para 11%. Esse número expressivo está de acordo com o perfil encontrado no País: 88,2% desses domicílios estavam situados em regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

As precárias condições de vida encontradas nos aglomerados subnormais são o reflexo tanto de baixos rendimentos oriundos do trabalho quanto da carência de serviços públicos, como água, saneamento, energia, policiamento, saúde, transporte, dentre outros, além da alta densidade populacional. Especificamente no que se refere à área da saúde, essas condições vão configurar perfis de morbidade e de mortalidade diferenciados frente às áreas de ocupação regular.

As 10 capitais com maior percentual de população vivendo nesses aglomerados concentram quase cinco

milhões de pessoas (43,2% da população brasileira vivendo nessa situação). Porto Alegre ocupa a nona posição, com 192.843 pessoas residindo em condições de alta vulnerabilidade.

Esses dados apontam a necessidade de o Governo Federal associar políticas públicas de habitação às diversas políticas voltadas para a redução da pobreza, hoje agrupadas no Plano Brasil Sem Miséria.

População e domicílios em aglomerados subnormais no Brasil e em capitais selecionadas — 2010

CAPITAIS SELECIONADAS E BRASIL	POPULAÇÃO	% NA POPULAÇÃO TOTAL	% NO TOTAL DE DOMICÍLIOS
Belém .....	758.524	54,4	52,4
Salvador .....	882.204	33,1	32,0
São Luís .....	232.912	23,0	22,3
Recife .....	349.920	22,8	21,7
Rio de Janeiro .....	1.393.314	22,1	19,9
Manaus .....	295.910	16,4	15,8
Teresina .....	131.451	16,2	15,8
Fortaleza .....	396.370	16,2	15,3
Porto Alegre .....	192.843	13,8	11,0
Belo Horizonte .....	307.038	13,0	11,5
<b>Brasil .....</b>	<b>11.425.644</b>	<b>6,0</b>	<b>5,6</b>

FONTE: IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados subnormais, 2011.

**Maria Mercedes Rabelo**  
Socióloga, Pesquisadora da FEE

## Desempenho do comércio gaúcho no 1º trimestre de 2012

Confome os dados provenientes da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, observa-se que o volume de vendas do comércio gaúcho cresceu 7,0% no 1º trimestre de 2012, quando comparado com o mesmo período de 2011. O comércio brasileiro obteve crescimento pouco superior (7,3%) no mesmo período.

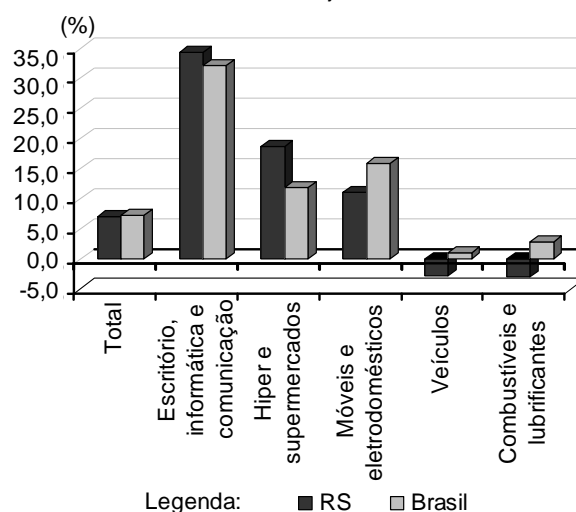
Os principais setores que contribuíram para o crescimento do comércio no RS foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (34,3%), hipermercado e supermercados (18,7%) e móveis e eletrodomésticos (11,1%). Por outro lado, os que apresentaram piores resultados foram combustíveis e lubrificantes (-3,0%) e veículos, motocicletas, partes e peças (-2,8%).

O elevado crescimento no ramo equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação pode ser explicado pela redução do preço desses produtos, provocada pela sobrevalorização do real frente ao dólar e pelas condições de pagamento facilitadas em prazos mais longos. Já o alto incremento de hipermercado e supermercados deve-se, principalmente, ao aumento da massa salarial e à expansão do crédito. Para móveis e eletrodomésticos, o aumento decorre de incentivos, como a redução de IPI, visto que setores como móveis e decoração foram incluídos pelo Governo na concessão desse benefício.

O fraco desempenho do ramo veículos, motocicletas, partes e peças decorre, principalmente, do término das reduções de IPI para o setor. No caso de combustíveis e

lubrificantes, a *performance* ruim é explicada pelo aumento do preço médio de combustíveis, fato que reduziu a demanda por esses bens.

Crescimento do comércio, por atividades selecionadas, no Rio Grande do Sul — jan.-mar./12



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PMC.

NOTA: Variação percentual acumulada no 1º trimestre, tendo por base o mesmo período do ano anterior.

**Vinícius Dias Fantinel**  
Economista, Pesquisador da FEE



## Determinantes da taxa de câmbio no Brasil

Em 2009, em meio à retomada da tendência de apreciação da taxa de câmbio brasileira, o Prof. Delfim Netto escreveu, em sua coluna semanal do jornal **Valor Econômico**, que “[...] existem três causas que levam à loucura: o amor, a ambição e o estudo das taxas de câmbio” (Valor, 23.06.09). Na época, o artigo mostrava a inquietação do autor diante da incapacidade dos economistas de explicarem, teórica e empiricamente, os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo a apreciação da moeda brasileira.

Embora exista uma extensa literatura sobre taxas de câmbio, não há consenso sobre os seus determinantes. De acordo com a interpretação convencional, as variações cambiais devem refletir as mudanças nos fundamentos macroeconômicos, tanto os reais — produtividade e termos de troca — quanto os monetários — diferencial de juros. Mais recentemente, com o crescimento dos mercados futuros e de derivativos — e do seu grande potencial de alavancagem —, as expectativas sobre a taxa de câmbio futura também passaram a figurar entre os determinantes cambiais. Nesse tipo de abordagem, a taxa de câmbio é considerada um ativo financeiro, cujo preço, como tal, está sujeito às expectativas formadas no presente sobre a sua rentabilidade futura. Ainda que seja difícil precisar a contribuição de cada um desses fatores para as variações cambiais, a inclusão das expectativas na análise resulta na possibilidade de as taxas de câmbio se descolarem dos fundamentos, às vezes de forma persistente.

Por outro lado, nada garante que essas variações sejam consistentes com o que pode ser considerado o nível de equilíbrio, sejam elas explicadas pelos fundamentos ou não. O referencial de equilíbrio mais utilizado é a Paridade do Poder de Compra (PPC), que se baseia na noção de que, no longo prazo, as taxas de câmbio devem refletir o preço relativo dos bens e dos serviços no país e no exterior. Essa teoria, porém, não foi comprovada empiricamente, além de estar sujeita a uma série de críticas teóricas. Note-se que, apenas na hipótese de os níveis de preços refletirem os fundamentos reais e monetários e de as expectativas atuarem de forma estabilizadora, há uma convergência automática da taxa de câmbio para o nível de PPC. Além disso, a PPC está associada ao equilíbrio das transações reais, quando, no mundo atual, é crescente a importância das transações financeiras. Ou seja, por trás da PPC está implícita a noção de equilíbrio das transações correntes do balanço de pagamentos, a despeito da importância dos fluxos da conta capital e financeira.

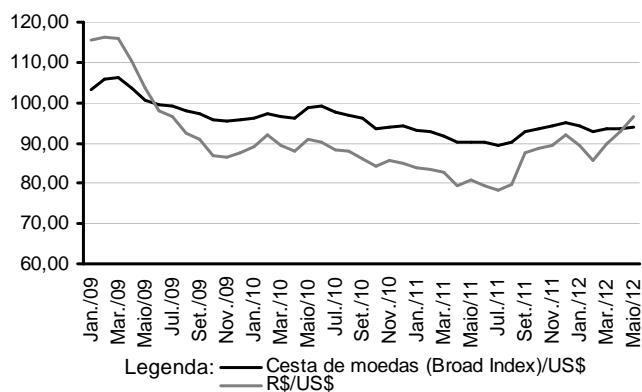
A rigor, a taxa de câmbio de equilíbrio não precisa necessariamente estar associada a um saldo em transações correntes equilibrado, desde que este seja financiado com estabilidade, ideia que está por trás do conceito de Taxa de Câmbio de Equilíbrio Fundamental. Essa noção envolve, porém, uma série de hipóteses normativas sobre a sustentabilidade dos fluxos de financiamento e do resultado global do balanço de pagamentos, de tal modo que se aproxima mais de um nível de equilíbrio “desejado” do que de um nível de equilíbrio para o qual ocorre uma convergência “natural”. Por fim, há que se considerar que mesmo uma taxa de câmbio consistente com a sustentabilidade do balanço de pagamentos no longo prazo pode não ser suficiente para a manutenção de uma matriz industrial diversificada, caso da especialização produtiva provocada pela “doença holandesa”. Para a corrente novo-

-desenvolvimentista, o nível de equilíbrio desejado nesses casos é aquele que torna viáveis setores da indústria que, na ausência das exportações de recursos agrominerais, seriam competitivos mundialmente.

Essas questões permeiam o debate atual sobre os determinantes da taxa de câmbio no Brasil. Desde 2004, o real vem sofrendo um intenso processo de apreciação, que, embora seja um fenômeno mundial, aqui se mostra mais intenso. Entre os seus determinantes, podem ser incluídos, de um lado, os ganhos de produtividade da última década, e, de outro, a elevação nos preços das *commodities* e o diferencial de juros, ampliados por alguma euforia nas expectativas. Porém, se a apreciação decorrente do aumento da produtividade pode ter representado uma mudança estrutural no nível de equilíbrio, o mesmo não pode ser dito dos demais determinantes, cuja sustentabilidade num cenário mundial de maior aversão ao risco e menor liquidez é duvidosa. Além disso, as alterações na estrutura produtiva desencadeadas pela apreciação cambial — como a perda de competitividade e de mercados, a reorientação para o mercado interno e o esvaziamento de cadeias produtivas — podem não ser desejáveis no longo prazo e certamente não serão facilmente revertidas com uma depreciação cambial.

Nas últimas semanas, uma série de eventos tem contribuído para a depreciação da moeda brasileira. As dificuldades de resolução da crise na Europa, a recuperação hesitante da economia norte-americana e as dúvidas sobre a velocidade da desaceleração chinesa provocaram o aumento da aversão ao risco mundial e a redução dos preços das *commodities*, com reflexo mais acentuado na moeda brasileira (gráfico). Isso se deve, em parte, à elevada participação das *commodities* nos fluxos cambiais brasileiros, mas também às mudanças recentes na política econômica, principalmente a intensificação na trajetória de redução da taxa de juros e o risco de que, na hipótese de um retorno da tendência de apreciação, serão adotados maiores controles cambiais. Como resultado, o real tem-se aproximado de um nível de equilíbrio mais desejável, seja para a sustentabilidade do balanço de pagamentos, seja para a preservação da estrutura produtiva no longo prazo.

Índices da taxa de câmbio nominal no Brasil e no mundo — jan./09-maio/12



FONTE: FED.

NOTA: Os índices têm como base 2009 = 100.

**Cecília Rutkoski Hoff**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Desafios para a política industrial no Rio Grande do Sul

Uma das características mais marcantes do atraso do desenvolvimento da economia gaúcha nas últimas três décadas tem sido o lento crescimento da sua indústria de transformação. Recuperar a participação da indústria na economia nacional e dinamizar o seu crescimento são dois dos maiores objetivos da política industrial do Estado. Ao mesmo tempo em que se observa uma retomada da importância da política industrial e tecnológica exercida na chamada “era de ouro do capitalismo” — 25 anos do pós-guerra —, observa-se, também, que aquele arcabouço teórico e prático das políticas não é o mesmo. Todos os objetivos, diretrizes, instrumentos e o aparato definidor da política industrial sofreram profundas mudanças em resposta aos novos desafios trazidos pelo século XXI: nova dinâmica macroeconômica internacional, novo paradigma tecnológico, novo papel das firmas e da estrutura industrial.

Na nova dinâmica internacional, a ascensão das economias asiáticas constitui um dos maiores desafios para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento industrial no Estado. A direção tomada pelo atual processo de globalização dá à Ásia o papel de potência manufatureira em indústrias de fabricação e montagem de produtos, como eletrônicos, aparelhos elétricos, têxteis, etc. As vantagens sobre as quais se organiza essa especialização global decorrem da grande quantidade de força de trabalho barata, combinada com segmentos de elevada capacitação em engenharia e com mão de obra altamente qualificada. Por outro lado, a escassez relativa de seus recursos naturais frente às necessidades de seu crescimento industrial e de urbanização traduz-se na contínua elevação de preços das matérias-primas e das *commodities* no mercado internacional. Essa alteração histórica de preços na economia mundial favorece, positivamente, o desempenho de economias com grande participação dos segmentos intensivos em recursos naturais, como as presentes na América Latina e na África, evidenciado nas crescentes quantidades exportadas de minérios, petróleo, energia e produtos agrícolas.

Na economia gaúcha, a existência de uma densidade populacional inferior à dos países da Ásia, que se traduz em uma força de trabalho melhor remunerada, ainda que em um patamar inferior ao dos países avançados, implica uma maior dificuldade competitiva em indústrias intensivas em mão de obra (como a calçadista, por exemplo) contra a dos asiáticos. Essa característica estrutural surge como um obstáculo importante ao desenvolvimento industrial no Estado em bases tradicionais e desafia conquistas alcançadas nas últimas décadas, quais sejam: ter suportado a abertura comercial na década de 90 e ter preservado e revitalizado sua estrutura industrial diversificada com valorização cambial.

Por outro lado, a existente dotação de recursos naturais e de energia na economia gaúcha (e na América Latina em geral) pode dar origem a uma nova estratégia de desenvolvimento industrial, com foco no aproveitamento de oportunidades geradas pela atual (e futura) conjuntura. A abertura de uma “janela de oportunidade” para o desenvolvimento do Estado dá-se pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao processamento e à produção de matérias-primas e de indústrias intensivas em recursos naturais. A inexistência do tradicional problema de tendência de queda de preços das matérias-primas no mercado internacional pode ser convertida em oportunidades para o desenvolvimento tecnológico futuro, elemento-chave para o crescimento. Dessa forma, a política industrial pode ser direcionada para aproveitar essas vantagens dos preços desses produtos, para financiar um esforço tecnológico maior e para investir em capacitação de capital humano, que permita o desenvolvimento de atividades de maior conhecimento e valor agregado.

Essa estratégia não se constitui em aprofundar o processo de especialização regressiva em curso em muitos países da América Latina, mas, sim, em desenvolver e fortalecer a ampla variedade de indústrias e cadeias produtivas, associadas à fabricação de insumos naturais, recicláveis, sintéticos e renováveis. Para isso, é necessário empreender esforços no domínio de operações em indústrias de processamento em grande escala (siderurgia, papel, refinarias, petroquímicos, agroindústrias e outros), passando por especialidades de escala intermediária (química, biotecnologia e nanotecnologia) e de pequena escala (química especial e outros nichos de produtos).

O desenvolvimento de competências nessas indústrias envolve o amplo esforço em educação, pesquisa e inovação, para promover as condições para uma transformação gradual da economia em direção a produtos e indústrias de maior valor agregado. Esses esforços, associados com avanços das ciências biológicas e de novos materiais, pesquisados nas universidades e em parques tecnológicos, têm a vantagem de gerar as condições para um posicionamento mais adequado da economia gaúcha no domínio das tecnologias da próxima revolução tecnológica: biotecnologia, bioeletrônica, nanotecnologia, novos materiais e energia. A política industrial, mais do que recuperar a competitividade da indústria gaúcha, pode dar condições para o seu desenvolvimento futuro alcançar uma trajetória tecnológica própria e permitir uma nova forma de inserção competitiva no comércio internacional.

**César Stallbaum Conceição**  
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 23.05.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editores:** Maria Inácia Flor Reinaldo e Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**

**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br